



Fonte: O futuro é agora / Publicado em 26 de março de 2016
(<http://vivasuarealidade.blogspot.com/2016/>)

JORNAL DO SINPRONNF (ISSN 24477281)

*** EDITOR CHEFE**

Job Tolentino Junior
(SECRETARIA DE RELAÇÕES POLÍTICAS SINDICAIS E ASSUNTOS JURÍDICOS/TRABALHISTAS)

*** EQUIPE DE PRODUÇÃO**

Claudina de Paula Dias Gomes; Wilza Carla de Sá Oliveira; Ana Karina Mendonça de Souza
(SECRETARIA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS, CULTURAIS, DIVULGAÇÃO E IMPRENSA)

Jacimar Fazollo Méra (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO)

Estamos filiados a:



SUMÁRIO

Página 01:

- INSPIRAÇÃO PARA ESTA EDIÇÃO
- SUMÁRIO

Página 02:

- ENEM 2020 E O DESASTRE DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Página 03:

- VIA DECRETO, GOVERNO QUER DESTRUIR OS DIREITOS TRABALHISTAS, MAGISTERIO NÃO VAI ACEITAR
- PEC EMERGENCIAL DE BOLSONARO NO SENADO AMEAÇA EXISTÊNCIA DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE PÚBLICAS

Página 04:

- PROFESSOR UNIVERSITÁRIO DISPENSADO NO INÍCIO DO SEMESTRE LETIVO TERÁ DIREITO A INDENIZAÇÃO

Página 05:

- DECISÃO DO STF RECONHECE O CORONAVÍRUS COMO ACIDENTE DE TRABALHO; PROFISSIONAIS NÃO SÃO INFORMADOS

Página 06:

- EDUCAÇÃO E PANDEMIA

Página 07:

- DIA INTERNACIONAL DA MULHER E A PANDEMIA COVID-19

Página 08:

- GENOCÍDIO BRASILEIRO DA COVID-19 SÓ FICA ATRÁS DOS CAMPOS DE EXTERMÍNIO DE BELŽEC, TREBLINKA E AUSCHWITZ

Página 10:

- MAS NÃO PODE CHAMAR DE GENOCIDA

Página 11:

- 'CONTAGEM REGRESSIVA PARA CATÁSTROFE DA COVID': A REPERCUSSÃO DA CRISE POLÍTICA E DE SAÚDE DO BRASIL NA IMPRENSA INTERNACIONAL



ENEM 2020 E O DESASTRE DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

É assustador: 55,3% foi a taxa de abstenção do segundo dia de prova do Enem 2020, a maior na histórica do Exame Nacional do Ensino Médio. Este número significa que dos 5.523.029 inscritos da prova impressa, 3.052.633 não compareceram no segundo dia de prova. No primeiro dia, 2.842.332 (51,5%) ficaram ausentes.



Depois de quase um ano de pandemia, e, em consequência, quase um ano em que estudantes do país inteiro estão vivendo um processo de insegurança, sem condições e garantias de acesso à educação, com aulas remotas (ou à distância), sem acompanhamento e vivendo uma crise.

As evidências tendem das consequências disso para a educação brasileira ficarão cada vez mais explícitas nos próximos meses, quando saírem os dados sobre evasão escolar, acesso aos meios de ensino, abandono das perspectivas de estudo, por exemplo.

Desde que as aulas presenciais foram suspensas, iniciou-se um debate sobre como manter, minimamente, o contato com a educação durante o isolamento. Entidades estudantis, sindicatos, professoras e professores, especialistas se dedicaram a refletir sobre como permitir a participação, sem excluir e prejudicar ninguém.

No entanto, na contramão daquilo que se discutia, os governos estaduais e prefeituras do país introduziram metodologias de aulas remotas, aulas a distância, atividades não presenciais que desconsideravam as condições de igualdade de oportunidades, amplo acesso aos meios tecnológicos e garantia de direitos.

Resultado: em praticamente todo o território houve a inserção de políticas educacionais que, ou excluía a maioria dos estudantes por não considerar as barreiras econômicas, sociais e sanitárias, ou apresentavam uma metodologia limitada, sem eficácia, que não contribuía na aprendizagem, ou eram a soma dessas duas situações anteriores.

Logo, os estudantes, em sua maioria esmagadora, não tiveram direito à educação de fato, com as garantias que a Constituição exige. Soma-se a este cenário todo o processo enorme que o movimento estudantil protagonizou em 2019 e 2020 com a luta em defesa da educação, contra os cortes patrocinados por Paulo Guedes e MEC, pelo adiamento do Enem.

Essas pautas tomaram conta do país e, no caso da prova do Enem, foi apresentada pela questão mais do que justa e necessária de compreender a grave situação sanitária da pandemia e também pela latente desigualdade educacional. A partir da enorme pressão, o Ministério da Educação lançou uma enquete sobre a data de realização da prova e a maioria dos estudantes votou para a data mais distante das opções que era no mês de março. Após divulgação do resultado, alguns meses depois, o Inep, de maneira totalmente autoritária, passou por cima do voto de milhares de estudantes e manteve a prova para janeiro, sem justificativas.

A abstenção no Enem acontece num período que vários estudantes não tiveram acesso à educação remota, que foram forçados a trabalhar, tiveram que cuidar de familiares com problemas de saúde, que perderam amigos e parentes para a pandemia, que passaram por um processo grande de desgaste emocional e que, em sua maioria, historicamente tiveram problemas para acessar aulas. Como resultado, um dos fatores determinantes foi a falta de perspectivas, a sensação de despreparo e insegurança para fazer uma prova como o Enem. E não menos importante a situação de quem não fez a prova com medo de se infectar e, dessa maneira, colocar e sua própria vida e a de quem está próximo em risco.

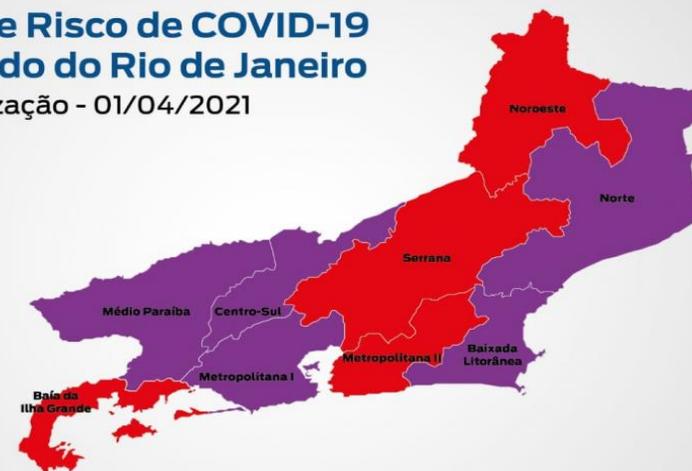
Tudo isso só reforça a dura realidade da juventude brasileira, os desafios, as necessidades, e como todos esses elementos apontam para aumentar a organização e a luta! É impossível se desenvolver nessas condições, não é coincidência que as dificuldades sejam justamente para quem já nasceu pobre e estuda em escolas públicas, tendo a todo momento que sobreviver ao sistema capitalista que esmaga os sonhos em todos aspectos da vida. Portanto, enfrentar essa situação e construir o novo, não é apenas uma “escolha” da juventude, é uma necessidade.

Nesse sentido, precisamos fortalecer ainda mais o movimento estudantil, organizar os grêmios, as entidades e associações, aumentar nossa atuação nas escolas, juntar com as professoras, professores, servidores públicos, todos e todas que estejam dispostos a lutar por uma educação de fato libertadora, inclusiva e popular, que transforme a vida do povo, que dê condições iguais, que tenha equidade e qualidade, sendo pública e gratuita.

Rafael “China”, presidente da Ames-BH

Fonte: Jornal A Verdade / Publicado em 09 de fevereiro de 2021
 (<https://averdade.org.br/2021/02/enem-2020-e-o-desastre-da-educacao-em-tempos-de-pandemia/>)

Mapa de Risco de COVID-19 do Estado do Rio de Janeiro 24ª atualização - 01/04/2021



VIA DECRETO, GOVERNO QUER DESTRUIR OS DIREITOS TRABALHISTAS, MAGISTERIO NÃO VAI ACEITAR

**NÃO AO DECRETO DO
GOVERNO QUE DESTRÓI
AINDA MAIS A LEGISLAÇÃO
DO TRABALHO**



Representantes dos Sindicatos dos Professores (Sinpros) e federações da base da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), reunidos nessa terça-feira (9), de forma remota, no Conselho Jurídico da Confederação, criticaram e se colocaram contrários, firmemente, à minuta de decreto do governo Bolsonaro que “regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas e o Prêmio Nacional Trabalhista”.

A proposta do governo, de 182 artigos, está aberta à consulta pública até o dia 19 de fevereiro e envolve, entre outros itens, fiscalização, mediação, trabalho temporário, terceirização, vale-transporte, refeição e 13º salário, que o texto chama pelo ultrapassado nome de “gratificação natalina”.

Mas por trás dessa aparente transparência e desburocratização com a consulta pública e unificação de decretos, o objetivo do governo é o de enterrar ainda mais os direitos trabalhistas. O texto da minuta ultrapassa os limites de um decreto, desconsiderando a Constituição brasileira, reduzindo direitos e ampliando danos trabalhistas. Além disso, deslegitima os sindicatos, desconsidera questões de saúde do trabalhador e criminaliza o papel dos fiscais do trabalho. Para a Contee e Sinpros, é muito preocupante o que o governo propõe e por isso as entidades sindicais já articulam a resistência.

Entre as entidades presentes à reunião on-line chamada pela Contee estavam o Sinpro Petrópolis e Região, Sinpro Rio e o Sinpro Macaé e Região, que também representaram a Feteerj e os demais Sinpros do estado do Rio de Janeiro.

Na semana passada, a Contee enviou ofício ao ministro-chefe da Casa Civil, Walter Souza Braga Netto, sobre o assunto. No documento, a Confederação apontou os problemas da minuta, incluindo ataques a entidades sindicais, insegurança jurídica aos trabalhadores e atendimento dos interesses do setor econômico, e não de toda a sociedade – o documento da Confederação enviado ao governo pode ser lido aqui.

O governo quer alijar os sindicatos e lesar os trabalhadores e por isso os Sindicatos dos Professores e a Contee deverão apresentar um documento único, de propostas conjuntas de alterações sobre essa minuta.

Mesmo que nossas propostas não sejam aceitas pelo governo, não podemos deixar que, ao questionarmos, arguermos que não nos manifestamos quando fomos chamados a fazê-lo. Não apresentar enfraquece toda e qualquer luta nossa.

A Feteerj e os Sindicatos dos Professores do estado RJ repudiam a minuta e irão referendar o documento a ser feito pela Contee e assinado por todas as entidades sindicais dos professores de estabelecimentos privados de ensino, em nível nacional, que será enviado à Casa Civil, mostrando nossa repulsa pela forma como está sendo tratado o direito do trabalho no Brasil.

Fonte: FETEERJ / Publicado em 10 de fevereiro de 2021
(<https://feteerj.org.br/governo-quer-destruir-mais-direitos-trabalhistas/>)

PEC EMERGENCIAL DE BOLSONARO NO SENADO AMEAÇA EXISTÊNCIA DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE PÚBLICAS

**BOLSONARO/GUEDES, NÃO
MEXAM NAS VERBAS DA
EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS!**

Auxílio emergencial na pandemia sim. Mas não à
custa dos percentuais mínimos para saúde e
educação. Pela aprovação da PEC Emergencial (PEC
186/2019), mas sem retirar a vinculação obrigatória
das verbas da Educação e Saúde



A Federação Estadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino RJ (Feteerj) e os Sindicatos dos Professores filiados alertam a categoria sobre a votação prevista para essa quinta-feira (25), no Senado, do relatório da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 186/2019, também chamada pelo governo Bolsonaro de PEC Emergencial.

A PEC 186/2019 propõe a prorrogação do auxílio emergencial para os brasileiros em situação de vulnerabilidade social e econômica devido à pandemia, mas em contrapartida, a pedido do governo federal, também acaba com a exigência de gastos mínimos para saúde e educação em União, estados e municípios.

Ou seja, para aprovar o auxílio emergencial de apenas R\$ 250 (o do ano passado foi de R\$ 600) e por quatro meses (o anterior foi de 6 meses), Bolsonaro/Guedes querem acabar com a obrigatoriedade do investimento vinculado à Educação e Saúde públicas, além da receita do BNDES para investimentos na infraestrutura do País – o famoso querem colocar um jabuti na árvore.

A Feteerj e os Sindicatos dos Professores filiados convidam as professoras e professores a pressionarem ao máximo os senadores para que não aprovem essas contrapartidas ao auxílio. Somos a favor de um auxílio emergencial digno para as pessoas que necessitam desse apoio, mas sem acabar com as verbas da Educação e Saúde. Seria um absurdo e uma contradição os senadores acabarem com o gasto mínimo na Educação e Saúde, principalmente após a aprovação por esse mesmo Senado do novo Fundeb, ano passado, e com uma pandemia grassando no País, e que nesse dia 24/02 alcançou o triste marco de 250 mil pessoas mortas por covid.

PERDAS DO ENSINO PÚBLICO SERÃO DE R\$ 100 BI

A PEC Emergencial revoga o art. 212 da Constituição Federal, que dispõe sobre os percentuais mínimos da receita de impostos aplicados em educação: 18% na União, 25% no DF, estados e municípios. Segundo o Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação), se o texto original do relator da PEC Emergencial for aprovado no Senado, as perdas de investimentos na Educação seriam em torno de R\$ 100 bilhões.

Temos como princípio básico a defesa do fortalecimento da educação pública de qualidade e da regulamentação do ensino privado, com a exigência do cumprimento do papel do Estado no controle, regulação, credenciamento e avaliação da educação, com as devidas referências sociais.

A pandemia da Covid-19 escancarou a desigualdade educacional no Brasil e comprovou, mais uma vez, a necessidade da oferta para o povo de serviços públicos essenciais e gratuitos. O que o governo Bolsonaro e seus aliados fazem agora, no entanto, desvirtuando a PEC Emergencial, é comprometer esses direitos públicos básicos. Isso no momento em que a população, em meio ao descontrole da Covid-19, mais precisa do SUS e quando as escolas públicas se veem forçadas a retomar as aulas presenciais em várias partes do país sem qualquer estrutura para enfrentar a pandemia.

Lembrando que junto à PEC Emergencial, tramitam no Congresso a PEC 188/2019 e a PEC 32/2020 (reforma administrativa) – essas três PECs compõem a estrutura de Estado Mínimo pretendida pelo governo Bolsonaro/Guedes, a destruição dos serviços públicos e gratuitos do Brasil.

Estão na luta em defesa do auxílio emergencial digno, mas contra a revogação do art. 212 da Constituição as seguintes entidades sindicais dos professores(as) dos estabelecimentos privados de ensino no estado RJ:

Diretoria colegiada da Feteerj e diretorias dos Sindicatos dos Professores (Sinpro) abaixo assinados:

Sindicato dos Professores da Baixada Fluminense
Sindicato dos Professores de Campos e São João da Barra
Sindicato dos Professores de Macaé e Região
Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro
Sindicato dos Professores de Niterói e Região
Sindicato dos Professores de Nova Friburgo
Sindicato dos Professores do Norte e Noroeste Fluminense
Sindicato dos Professores de Petrópolis e Região
Sindicato dos Professores da Região dos Lagos
Sindicato dos Professores de Teresópolis

Fonte: FETEERJ / Publicado em 24 de fevereiro de 2021
(<https://feteerj.org.br/pec-emergencial-de-bolsonaro-no-senado-ameaca-existencia-da-educacao-e-da-saude-publicas/>)

PROFESSOR UNIVERSITÁRIO DISPENSADO NO INÍCIO DO SEMESTRE LETIVO TERÁ DIREITO A INDENIZAÇÃO

A 3ª Turma entendeu que ele foi prejudicado pela perda de uma chance.

10/02/2021 - A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que a Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura – Universo, de Juiz de Fora (MG), deve indenizar um professor universitário por tê-lo demitido no segundo dia do semestre letivo. Conforme a Turma, a dispensa no início das aulas prejudicou o professor na busca por um novo emprego.

Perda de uma chance

Na reclamação, o professor argumentou que as instituições de ensino superior organizam seus horários de aula semestralmente, com a definição das cargas horárias, disciplinas e horários de aula destinados a cada professor. Assim, o momento oportuno para a contratação de novos profissionais é o período imediatamente anterior ao início do semestre.

A dispensa logo após iniciadas as aulas, segundo ele, impediu-o de obter novo emprego em outras instituições, pois estas já estavam com todo seu cronograma elaborado e em execução. “A dispensa do empregado em momento que impede sua reintegração ao mercado de trabalho, quando o poderia fazer em outro momento mais propício, constitui abuso de direito”, frisou, ao pedir indenização por danos morais.

Rescisão lícita

O juízo de primeiro grau e o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) consideraram que a associação não havia praticado nenhum ato ilícito na dispensa. Para o TRT, caberia a reparação pela chamada “perda de uma chance” somente quando, por ato ilícito ou por abuso de direito, há frustração de uma vantagem futura, porém certa, o que não era o caso.

Dificuldades de reinserção

O relator do recurso de revista do professor, ministro Agra Belmonte destacou que o TST, sensível às características da profissão e conhecendo as dificuldades de reinserção no mercado quando já formado o corpo docente das instituições de ensino, vem decidindo que a dispensa de professor no curso do semestre letivo, sem motivos, justifica a reparação pelos danos aos direitos da personalidade. Para o relator, a dispensa do profissional no segundo dia do semestre letivo, quando ele já tinha a expectativa justa e real de continuar como professor da instituição, caracteriza abuso do poder diretivo do empregador.

Por unanimidade, a Turma deu provimento ao recurso e condenou a associação ao pagamento de R\$ 50 mil de indenização.

(LT/CF)

Processo: RR-12061-14.2016.5.03.0036

Fonte: JUSTICA DO TRABALHO – NOTÍCIAS DO TST / Publicado em 10 de fevereiro de 2021
(<http://www.tst.jus.br/-/professor-universit%C3%A1rio-dispensado-no-in%C3%ADcio-do-semester-letivo-ter%C3%A1-direito-a-indeniza%C3%A7%C3%A3o/>)

**DECISÃO DO STF RECONHECE O CORONAVÍRUS COMO
ACIDENTE DE TRABALHO; PROFISSIONAIS NÃO SÃO
INFORMADOS**

Trabalhadores não são informados sobre enquadramento da Covid-19 como acidente de trabalho

Por SindMédico-DF

Apesar da decisão do STF, que reconhece a COVID-19 como acidente de trabalho, muitos profissionais nem sabem da necessidade do CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho)

Após decisão do STF, de enquadramento da covid-19 como acidente de trabalho, ainda encontramos muitos profissionais que foram afastados pela doença, mas não realizaram o preenchimento do CAT, documento que reconhece o acidente de trabalho e doenças ocupacionais.

O que se observa é que a maioria nem sabe dessa decisão. Empresas e sindicatos não têm informado aos trabalhadores sobre o que deve ser feito, já no primeiro afastamento causado pela contaminação do novo coronavírus.

Para profissionais que contraem a doença e se recuperam, a não comunicação do acidente de trabalho pode trazer dificuldades futuras considerando que a covid-19 é uma doença nova que ainda pode apresentar sequelas.

Quando ocorrem sequelas, é a comunicação feita por meio do CAT, que garante ao trabalhador o recebimento do auxílio adequado, podendo ser afastado para tratamento, sem correr o risco de ser demitido ou em caso de demissão, ficar sem o benefício do INSS.

Sem CAT, sem garantia de direitos

Este é o caso de um enfermeiro que atua na linha de frente da Secretaria de Saúde do DF. Ele, que preferiu não se identificar, relatou que foi contaminado no ambiente de trabalho, mas que não recebeu nenhuma orientação a respeito da comunicação por acidente de trabalho. Somente após o afastamento é que ele foi informado de que deveria ter realizado o preenchimento do CAT, para garantia de seus direitos. Agora, ele tenta reunir documentação, para provar que teve a doença e fazer a comunicação.

“Quando me contaminei, não recebi nenhuma orientação do sindicato e nem da medicina do trabalho. Agora que estou reunindo a papelada exigida. Você passa pela doença, sofre a internação e depois ainda tem que provar que ficou doente. Tive que fazer um documento no SEI e buscar um teste que foi feito lá no dia 04/07, para provar que tive a doença. Mesmo com todo o relatório da minha internação, a medicina do trabalho ainda está questionando se eu realmente tive covid-19”, relatou o enfermeiro.

Já no caso do servidor vir a óbito, é a confirmação da doença adquirida em ambiente de trabalho, que vai garantir a família, o direito a pensão em valor integral. Mas se a informação não for feita por meio do CAT, os familiares receberão apenas o proporcional ao tempo de trabalho do falecido. E terão que lutar na justiça para provar que a morte ocorreu pela exposição de um agente nocivo no ambiente de trabalho e, assim, passar a receber o valor correto da pensão.

Este é o caso de Rosecleia Gerônimo, 28 anos, viúva do técnico de enfermagem Hiram Gerônimo, 47 anos, que era servidor do Hospital Regional da Asa Norte (Hran) e faleceu após ser infectado pelo novo coronavírus no trabalho.

Rose explicou que quando foi dar entrada ao pedido de pensão do marido, no Hran, também não foi informada de que deveria fazer a comunicação por acidente de trabalho. Somente após ter procurado um advogado, é que ela foi informada por ele que deveria fazer esta comunicação para garantia dos direitos que cabem a família, no caso de morte do trabalhador causada por acidente de trabalho.

“Quando tentei resolver tudo sem advogado, que fui ao Hran dar entrada na pensão, ninguém lá me informou que eu deveria ter feito a comunicação por acidente de trabalho e sobre o preenchimento da CAT. Foi aí então que eu procurei um advogado e ele me informou que a morte do meu marido deve ser considerada como acidente de trabalho. Agora estou buscando na justiça o reconhecimento do CAT, para dar continuidade ao processo”, declarou Rose.

Ela disse ainda, que acredita que o marido também não sabia que deveria ter feito o preenchimento do CAT, quando constatou que havia sido contaminado. “Quando foi internado, por estar na linha de frente, o Hiram sabia que corria o risco de morrer. Por isso sempre me orientava e quando foi para o oxigênio, já me avisou sobre os papéis que deveria reunir e quem deveria procurar caso ele viesse a óbito. Mas em nenhum momento ele me falou sobre a comunicação por acidente de trabalho, por isso eu acho que ele também nem sabia que deveria preencher essa CAT. Além disso, ele tinha diabetes, fazia parte do grupo de risco, mas não foi afastado pela Secretaria de Saúde”.

Outras categorias também não foram informadas sobre o CAT

Outras classes trabalhistas que atuam na linha de frente tem sofrido inúmeras perdas de profissionais pela Covid-19, e sequer sabem sobre o preenchimento do CAT.

Diego de Araújo, 34 anos, que é vigilante do Hospital Regional de Taguatinga, e a esposa Maria do Carmo Araújo, 33 anos, que é técnica administrativa no HRT, foram infectados ao mesmo tempo, pelo novo coronavírus, no trabalho. Os dois foram afastados, mas não foram orientados a preencher o CAT.

“Quando foi constatado no exame que eu tinha sido infectado pelo coronavírus, não foi comunicado como acidente de trabalho, e eu nem sabia que havia essa possibilidade. No caso da minha esposa, que é servidora pública funcionária do HRT, também não foi comunicado que poderia configurar como acidente de trabalho”, contou Diego.

O Sindicato dos Vigilantes do DF, categoria que já perdeu mais de 14 profissionais que atuavam na linha de frente e tem uma média de mais de 1 mil infectados por dia, informou por meio de sua assessoria, que eles não sabiam da decisão do STF, de inclusão da covid-19 como acidente de trabalho. O secretário de comunicação do sindicato, Gilmar Rodrigues informou que “agora que ficamos sabendo dessa determinação, vamos cobrar das empresas para que seja feita a comunicação por acidente de trabalho, de todos os trabalhadores que perderam a vida por conta da covid-19”.

O presidente do SindMédico-DF, Gutemberg Fialho, destacou que “a comunicação de acidente de trabalho, nos casos de contaminação do novo coronavírus no ambiente laboral, assegura a preservação dos direitos do trabalhador e de seus dependentes”.

*Com informações do SindMédico-DF

Fonte: AGENDA CAPITAL / Publicado em 01 de agosto de 2020
 (<http://agendacapital.com.br/decisao-do-stf-reconhece-o-coronavirus-como-acidente-de-trabalho-profissionais-nao-sao-informados/>)

EDUCAÇÃO E PANDEMIA.

O GRANDE MÉRITO DESTE MOMENTO É DOS PROFESSORES E PROFESSORAS, QUE SE AGIGANTARAM DIANTE DOS PROBLEMAS E DEBILIDADES.

Na situação de emergência de pandemia, ocasionada pela Covid-19, muitos países, incluindo o Brasil, adotaram medidas para tentar travar a propagação do vírus, entre elas o fechamento dos estabelecimentos de ensino. Essa ação fundamentou-se em inúmeros estudos de epidemias passadas, que revelaram que o fechamento das escolas reduziu de forma significativa o contágio e foi vital para a superação de epidemias.

No Brasil, essa questão assume uma grande importância face ao fato de que os setores relacionados à educação – trabalhadores, estudantes e familiares – envolvem mais de 50 milhões de brasileiros. Neste contexto, nos governos, nas universidades, nas escolas e nas famílias, repercutiu o debate a favor e contra o fechamento das escolas e de volta às aulas presenciais. Essa questão é extremamente complexa e sem dúvida exige considerar o posicionamento dos professores.

Entre as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a tomada de posição de retorno às aulas presenciais, está a de que devem ser levados em consideração os interesses dos estudantes e seus familiares, mas também as condições gerais de saúde pública dos países e contextos locais, já que o retorno depende diretamente das medidas sanitárias de cada localidade e também das condições das escolas para uma volta segura.

Com o início do ano letivo, após um período de fechamento, os governos e os gestores escolares decidiram pela abertura das escolas públicas e privadas, no momento em que os indicadores são reveladores de uma segunda onda da pandemia e seu agravamento devido a novas variantes mais agressivas e contagiosas. Além disso, cabe considerar que a maioria das escolas brasileiras não tem estrutura adequada para o cumprimento das normas de segurança. Em decorrência, a cada dia surgem novos casos e denúncias de escolas sem as mínimas condições de segurança sanitária, colocando em risco não somente a comunidade escolar, mas todos os brasileiros. Vale destacar que muitas das instituições atingidas pelo vírus são obrigadas a fechar.

Neste contexto, as organizações sindicais dos trabalhadores em educação das várias regiões do país se posicionam contrárias ao retorno às aulas presenciais sem o maior controle da pandemia e sem a devida proteção à saúde de todos os setores envolvidos. Consideram que essa proteção implica o cumprimento de todos os protocolos sanitários e um programa de vacinação em andamento e em estágio avançado, que possa atender grande parte da população.

A Contee e suas entidades filiadas têm reforçado o movimento da #VacinaçãodaEducaçãoJá, que implica a inclusão dos trabalhadores da educação no grupo prioritário para a vacinação. Esse posicionamento se fundamenta no fato de que, se as escolas são insubstituíveis e é importante o retorno das aulas presenciais, os trabalhadores do ensino devem ser considerados como sendo da "linha de frente", já que têm contato direto com todas as faixas etárias da população. Cabe também considerar as condições de trabalho da maioria dos professores brasileiros que, com raras exceções, atuam em exposição direta com estudantes, em ambientes fechados, mal ventilados e com grande número de alunos por sala. Não há dúvidas de que a saúde física e mental dos professores fica fragilizada, diminuindo as defesas do organismo e ampliando os riscos da contaminação.

Nesta luta, algumas vitórias, mesmo parciais, têm sido conquistadas pelos sindicatos filiados à Contee, que têm conseguido incluir os professores no grupo prioritário de vacinação, como é o exemplo dos professores da base do Sinpro Piauí e de outras regiões. Destacamos também vitórias jurídicas como a o Sinpro Campinas e Região, que, numa ação civil pública, estipulou, entre outras exigências para o retorno às aulas presenciais, o teste obrigatório de todos os professores e os protocolos de higiene e segurança, além de proibir a convocação de docentes do grupo de risco ou que coabitem com pessoas pertencentes ao grupo, inclusive com pesadas multas às escolas pelo descumprimento dessas medidas.

Não bastasse o quadro dramático que atinge a todos, é preciso combater argumentos que desqualificam o posicionamento dos professores, não tendo base na realidade. Alegar que os professores não querem voltar às aulas presenciais porque não gostam de trabalhar, além de desrespeitoso com uma categoria de muita importância social, é um argumento totalmente falacioso.

Autor: Carta Capital - Conceição Fornasari e Maria Clotilde Lemos Petta – 15 de fevereiro 2021

(<https://www.cartacapital.com.br/educacao/educacao-e-pandemia/>)



DIA INTERNACIONAL DA MULHER E A PANDEMIA COVID-19.

Espero que estejam todos bem!

Quem diria?

Um ano de quarentena e temos agora o Dia Internacional da Mulher.



Eu já fiz vários posts ao longo da história sobre a importância e significado dessa data histórica de luta contra a opressão do patriarcado e a favor da liberdade e do direito de existir das mulheres.

Eu já fiz post no meu canal no Youtube (Canal Utopia Cibernética) explicando que o dia 08 de março não é um dia fofo para dar flores e presentinhos para nossas mães, filhas, esposas, avós.

Ele é um marco da luta feminina e foi pavimentado ao longo da luta feminista pelo sacrifício e morte de mulheres. Então é um dia de luta e de reverência pelas heroínas que vieram antes de nós e que construíram os caminhos da nossa liberdade com suas próprias vozes e corpos ao longo da História.

Nós estamos passando por uma situação sem precedentes na história recente da humanidade: "Pandemia da Covid19".

Eu sei, tá difícil para todo mundo. Mas eu não posso deixar de me perguntar: "O que isso quer dizer na vida das mulheres?"

Spoiler alert: Pra variar, não é coisa boa.

Boa parte das famílias atuais são monoparentais e, normalmente, o chefe da família é uma mulher, seja ela mãe, avó, tia, madrinha ou qualquer outro papel na instituição família.

E no cenário de desemprego generalizado, as mulheres que estão a frente das suas famílias sentem ainda mais a pressão de dar conta de tudo.



Fora isso, a gente viu os números de violência doméstica e feminicídio dispararem com o isolamento social. Além do aumento do número de abusos sexuais e físicos de crianças e adolescentes.

E quanto a produtividade na pandemia?

É exigido que mulheres produzam tanto quanto os homens sendo que na maior parte das vezes elas acumulam tudo (tarefas domésticas, maternidade, educação dos filhos na quarentena etc) junto com o seu trabalho normal uma vez que a divisão de tarefas ainda não é uma realidade entre as famílias.

Então temos basicamente:

Desproteção social, sobrecarga e violência

Eu queria ter mais esperança, sabe?

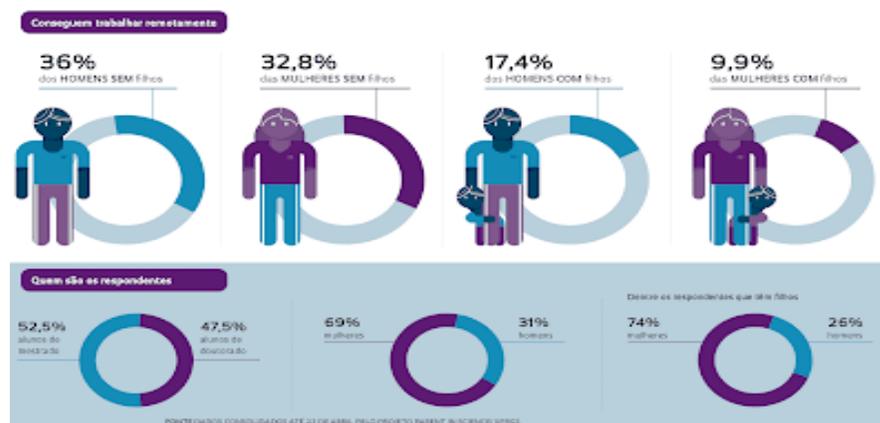
Ser mulher, ter o direito de existir, de viver no seu sentido mais básico, ainda é uma utopia que tem de ser conquistada a duras lutas todos os dias. E essa luta é e deve ser compartilhada por todas nós porque quando uma mulher sofre, todas nós sofremos.

Por isso que nossa resistência tem de ser coletiva e diária.

Ela não pode parar porque conseguimos alcançar algumas conquistas (legais ou sociais). Elas foram conseguidas com muita luta, sangue, lágrimas e perdas e tiveram a sua importância. Mas isso não pode nos deixar confortáveis. Nossas garantias já conquistadas sofrem ameaças todos os dias e ainda há muito a ser feito!

Desigualdade no home-office

Estado preliminar com 5 mil pós-graduandos brasileiros indica que pesquisadoras com filhos têm mais dificuldade para trabalhar no quarentena.



Ser mulher é resistir.

Eu queria dizer pra gente ter esperança. Mas esse item é muito abstrato e é sempre muito difícil de obter.

Então, nesse Dia Internacional da Mulher, eu desejo que a gente possa forjar o nosso coração para a resiliência diária de resistir e nos capacitar para a luta que temos de travar por nós mesmas e pelas nossas companheiras.

Espero que dias melhores cheguem e que as próximas gerações de meninas e mulheres possam desfrutar de dias melhores!

Fiquem todos bem. Se protejam.

E vamos continuar a nossa luta!

Avante!

Autor: Thaís de Castro Cunha Parméra é PhD em Geociências (UERJ); Bióloga (Licenciatura e Bacharelado) pela UERJ; Bacharel em Direito pela UFF; Analista de Sistemas Informatizados pelo Instituto Superior de Tecnologia em Ciências da Computação do Rio de Janeiro (Faeterj- Rio); Mestre em Ecologia e Evolução pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Especialista em Gestão Ambiental pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). É jornalista, editora do Jornal S.O.S. Terra Resistência Verde e integra a divisão de meio ambiente da ONG Movimento Conservacionista Teresopolitano. Trabalha com arte, projetos sociais e de educação há mais de 12 anos. Tem um blog e um canal no Youtube chamado "Utopia Cibernética" e realiza frequentemente parcerias com outros blogs e podcasts do Brasil.

Fonte:

(<https://egomol.blogspot.com/2021/03/teste-3.html>)

O MURAL DA VERGONHA

GENOCÍDIO BRASILEIRO DA COVID-19 SÓ FICA ATRÁS DOS CAMPOS DE EXTERMÍNIO DE BELŻEC, TREBLINKA E AUSCHWITZ

Declaração do deputado federal Osmar Terra, que previu menos de 2.100 mortes, marca um ano de implementação da ‘solução final’. Se o que estamos testemunhando – passivamente, inclusive – não é um genocídio, então é o quê?



Homero Gottardello, jornalista

O termo genocídio soa, até para alguns críticos do governo, como um exagero semântico, mas não há como negar que existe um aniquilamento propositado em curso no Brasil. Ao contrário do que um genocídio demanda, é verdade que, por aqui, falta uma minoria, uma comunidade específica contra a qual as ações de eliminação se ponham. No país do bolsonarismo, o morticínio alcança a todos, independentemente de orientação política, de religião, idade ou condição socioeconômica. Até o final de abril, serão mais de 350 mil vítimas da Covid-19, números superiores ao de mortos em três dos seis piores campos de extermínio nazistas da Segunda Guerra Mundial.

Enquanto Liras, Pachecos, Eduardos, Dórias e Gilmares, entre outros atores, ensaiam as falas de seus personagens, a máquina de matar da pandemia já superou as estatísticas de Majdanek (cerca de 80 mil prisioneiros exterminados) e Sobibór (250 mil), se aproximando de Chełmno (320 mil). Em 40 dias, o “genocídio brasileiro” só terá ficado atrás dos campos de Belżec, Treblinka e Auschwitz. No papel de Reinhard Heydrich, o deputado federal Osmar Terra foi – no mínimo – o porta-voz da “solução final” tupiniquim. Afinal, foi ele que, em 18 de março de 2020, portanto, há exatamente um ano, projetou o número de 2.098 vítimas, fazendo pouco caso da pandemia.

O negacionismo de Terra teve, a partir deste ponto, o mesmo efeito da carta enviada pelo general da SS a Martin Franz Julius Luther, do Ministério alemão do Exterior, em fevereiro de 1942: a declaração canalha do deputado federal é, portanto, o marco zero do programa nazifascista posto em prática no Brasil. A patifaria de Terra trouxe à baila aquilo que fora definido, pouco antes, na nossa “Conferência de Wannsee”, que o governo federal faria de tudo para sabotar uma campanha de vacinação e que a cooperação de outros setores do poder público, no cumprimento de sua diretriz, seria por ele mesmo assegurada.



O MURAL DA VERGONHA

A exemplo do que ocorreu na Alemanha nazista, foi a partir da colaboração ou da omissão de Ministérios, dos Poderes Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público, que nossa “solução final” foi posta em prática – com muito sucesso, por sinal. Para quem ainda duvida da capacidade genocida do governo brasileiro, foi necessário um ano e cinco meses para 250 mil prisioneiros judeus serem exterminados no inferno de Sobibór. Já por aqui, esta ‘meta’ foi batida com mais de quatro meses antecedência.

Outra semelhança entre o genocídio brasileiro e o praticado nos campos de extermínio é que, lá como cá, as vítimas são mortas por asfixia. Se em Majdanek (onde foi usado o Zyklon B), Sobibór e Chełmno (onde aplicava-se monóxido de carbono), os prisioneiros eram amontoados em câmaras de gás e em vans, aqui a coisa não muda muito de figura. As enfermarias dos pronto-atendimentos viraram verdadeira câmaras de gás e muita gente já morreu dentro de ambulâncias, sem encontrar vagas nos hospitais superlotados. Pior, em meio a estes dois holocaustos, não faltou quem lucrasse. Durante os anos sombrios do Reich, o Deutsche Bank confiscou propriedades, dinheiro e até ouro dos judeus perseguidos, e montadoras como BMW, Mercedes-Benz e Volkswagen, além de indústrias de outros setores, se beneficiaram de mão de obra escrava (na VW, os escravos chegaram a representar mais de 65% dos trabalhadores, em uma de suas unidades).



Já no Brasil e segundo a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o “estoque de riqueza” das 400 maiores empresas de capital aberto cresceu de R\$ 1,79 bilhão para R\$ 1,86 bilhão, no último trimestre do ano passado – já descontada a inflação, em relação ao mesmo período de 2019, portanto antes da pandemia. Parece contraditório, mas enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro caiu 5%, o patrimônio líquido dessas empresas cresceu 4,1%, no mesmo intervalo. Chega a ser incrível o fato de o lucro líquido das financeiras e dos bancos privados ter alcançado R\$ 47,4 bilhões, só entre julho e setembro de 2020! Como se pode ver, são muitas semelhanças em termos de perversão, desumanidade e negligência, além de números que falam por si. Então, pergunto: se o que estamos testemunhando – passivamente, inclusive – não é um genocídio, então é o quê?!?



Fonte: Jornalistas Livres / Publicado em 17 de março de 2021
(<https://jornalistaslivres.org/genocidio-brasileiro-da-covid-19-so-fica-atras-dos-campos-de-extermínio-de-belzec-treblinka-e-auschwitz/>)

O MURAL DA VERGONHA

MAS NÃO PODE CHAMAR DE GENOCIDA

FALTA ADJETIVO PARA DEFINIR O COMPORTAMENTO MANÍACO DE JAIR BOLSONARO

Tem uma porção de gente sendo processada, presa ou intimidada por chamar Jair Bolsonaro ou sua política de saúde de “genocida”.

A Polícia Militar do Distrito Federal prendeu cinco rapazes. A Polícia Civil intimou Felipe Neto. Até o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, já foi processado. E tem mais um monte de gente de que a gente nem sabe.

No Brasil de Bolsonaro, é proibido chamar Bolsonaro de genocida.

Bolsonaro minimizou os riscos da pandemia, levando a população a correr riscos desnecessários, e fez pouco das mortes. Mas não pode chamar Bolsonaro de genocida.

Bolsonaro recusou-se a preparar um plano nacional de combate à pandemia, e demorou um tempo inacreditável para preparar um pacote de auxílio à população carente. Mas não pode chamar de genocida.

Bolsonaro fez e faz campanha contra o uso de máscaras, estimula aglomerações, recomenda o uso de medicamentos inúteis e perigosos. Mas não pode chamar de genocida.

Bolsonaro vetou lei que garantia fornecimento de água a indígenas. Mas não pode chamar de genocida.

Bolsonaro escorraçou Mandetta porque ele cumpria as recomendações científicas, e escorraçou Teich porque ele se recusou a recomendar medicamentos perigosos. Manteve Pazuello porque ele cumpria sua determinação de não seguir as recomendações científicas. Recusou-se a nomear Ludhmilla porque ela pretendia cumpri-las. Nomeou Queiroga porque ele vai ser outro Pazuello. Mas não pode chamar de genocida.

Bolsonaro comprou poucos testes e esqueceu sete milhões deles (que caducaram) num galpão. Põe em dúvida, sem fundamento, a quantidade de óbitos por Covid dela decorrentes. Mas não pode chamar de genocida.

Bolsonaro se negou a comprar vacinas em agosto. Fez campanha contra a vacina. Recusou-se a se vacinar. Pressionou a Anvisa para negar registro à Coronavac. Mas não pode chamar de genocida.

Bolsonaro se negou a comprar seringas e agulhas em agosto. Quando Pazuello as contratou, Bolsonaro proibiu a compra. Tentou impedir o Butantan de fornecer vacinas diretamente para os estados. Mas não pode chamar de genocida.

Bolsonaro deixou faltar oxigênio nos hospitais apesar de saber que a falta era iminente, depois mandou o oxigênio do Amazonas para o Amapá. Mas não pode chamar de genocida.

Bolsonaro simulou falta de ar, debochando dos doentes. Mas não pode chamar de genocida.

Bolsonaro entrou com a ação no Supremo Tribunal Federal para impedir governadores de tomar medidas que salvarão vidas. Mas não pode chamar de genocida.

O Tribunal Penal Internacional, em Haia, investiga Bolsonaro por genocídio. Mas não pode chamar de genocida.

Não pode chamar Bolsonaro de genocida, porque senão ele processa por crime contra a honra. Bolsonaro, como se sabe, é um homem honrado — são, todos eles, todos homens honrados.

Mas se for para escolher um único adjetivo para definir o comportamento de Bolsonaro, não sobra nada além de...

Genocida.

Autor: REVISTA VEJA - Ricardo Rangel Atualizado em 19 mar 2021, 19h17 - Publicado em 19 mar 2021, 18h35
(<https://veja.abril.com.br/blog/ricardo-rangel/mas-nao-pode-chamar-de-genocida/>)

'CONTAGEM REGRESSIVA PARA CATÁSTROFE DA COVID': A REPERCUSSÃO DA CRISE POLÍTICA E DE SAÚDE DO BRASIL NA IMPRENSA INTERNACIONAL.

Na semana em que atingiu mais um recorde de mortes por covid-19 e enfrentou uma crise política sem precedentes, o Brasil ganhou destaque em publicações estrangeiras.



Dessa vez, além de voltar a noticiar o descontrole da pandemia do novo coronavírus, jornais de todo o mundo chamaram atenção para a troca de comando nas Forças Armadas.

"Bolsonaro não conseguiu impedir a covid-19. Agora, pode estar mirando a democracia" foi o título do artigo de opinião publicado pelo jornal americano Washington Post.

Em meio a "um dos piores picos de infecções por covid-19 que o mundo já viu", disse o diário, "não há fim para a onda à vista: graças à impressionante incompetência do presidente Jair Bolsonaro e seu governo, apenas 2% dos brasileiros foram totalmente vacinados e as medidas de lockdown necessárias para frear novas infecções, incluindo de uma variante virulenta que surgiu no país, são praticamente inexistentes".

"Em vez de lutar contra o coronavírus, Bolsonaro parece estar preparando as bases para outro desastre: um golpe político contra os legisladores e eleitores que poderiam removê-lo do cargo", afirmou o Washington Post.

Segundo o jornal, há "motivos para preocupação", "embora as instituições democráticas do Brasil sejam relativamente fortes após mais de três décadas de consolidação".

"O presidente brasileiro já contribuiu muito para o agravamento da pandemia covid-19 em seu próprio país e, por meio da disseminação da variante brasileira, pelo mundo. Ele não deve ter permissão para destruir uma das maiores democracias do mundo também", concluiu o Washington Post.

O também americano New York Times publicou reportagem intitulada "Enquanto vírus e problemas econômicos assolam o Brasil, Bolsonaro improvisa e confunde".

"Mesmo para um líder polarizador que muitas vezes parece agir por instinto, os movimentos recentes do presidente Jair Bolsonaro do Brasil confundiram e enervaram muitos no maior país da América Latina, onde o coronavírus está matando pessoas a uma taxa recorde", disse o jornal, em texto assinado pelos correspondentes Ernesto Londoño e Letícia Casado.

Do outro lado do Atlântico, o britânico Financial Times, especializado em notícias financeiras, descreveu a troca de comando na Defesa, com a substituição do ministro Fernando Azevedo e Silva e dos chefes das três forças, como "o poder explosivo de uma bomba" detonada.

"Um dos maiores céticos do coronavírus do mundo, Bolsonaro recusou-se a usar máscara durante a maior parte do ano passado, criticou as vacinações e classificou a pandemia como "gripezinha". Ele agora está lutando para manter seu governo unido e suas esperanças de reeleição vivas em meio a alguns dos piores números da covid-19 do mundo", disse o jornal.

Já o também britânico Guardian deu destaque à movimentação de líderes da oposição pelo impeachment de Bolsonaro.

"O que quer que tenha acontecido, poucos duvidam que o drama da semana representa um momento crucial e potencialmente perigoso na história moderna de um país que emergiu apenas de duas décadas de ditadura em 1985", escreveu Tom Phillips, correspondente do jornal no Rio de Janeiro.

"Com mais de 66 mil mortes somente em março, o Brasil está em meio a uma crise política e de saúde. Como o país chegou a esse ponto?", questiona o britânico Telegraph em reportagem intitulada 'Milhares de mortos e um país em turbulência: a contagem regressiva do Brasil para a catástrofe da covid'.

Para o francês Le Monde, Bolsonaro está cada vez mais "isolado e impopular".

Em reportagem assinada pelo correspondente do jornal no Rio de Janeiro, Bruno Meyerfeld, a saída "deste respeitado e influente general de 4 estrelas (Fernando Azevedo), considerado uma das poucas figuras pragmáticas do poder de Brasília, causou espanto e indignação de grande parte do Estado-Maior".

O italiano Corriere della Serra definiu a troca de comando da mais alta cúpula militar brasileira como "a pior crise desde o fim da ditadura", escreveu a jornalista Sara Gandolfi.

Em artigo no alemão Frankfurter Allgemeine, o editor de política do jornal, Klaus-Dieter Frankenberger, classificou como "fatal" a gestão da pandemia de covid-19 por Bolsonaro. "O Brasil merece mais", escreveu ele.

"Bolsonaro, o presidente populista de direita, não é inocente. De muitas maneiras, ele imitou seu modelo e seu herói Donald Trump: ignorou e minimizou o perigo do vírus por muitos meses; na verdade, até hoje. No trade-off entre conter a epidemia e manter a economia aberta, nunca optou pela proteção à saúde. Em vez disso, ele se gabava de sua resiliência".

Por sua vez, no argentino Clarín, o jornalista Marcelo Cantelmi, chefe de política internacional do diário, escreveu em artigo intitulado "Brasil em crise Por que é o pior momento de Jair Bolsonaro?": "O presidente brasileiro está encurralado, perdeu o apoio do establishment e de seus aliados. Por isso, demitiu a liderança das Forças Armadas, para tentar rearmar uma verticalidade militar que o proteja de um possível julgamento político". E quanto a produtividade na pandemia?

É exigido que mulheres produzam tanto quanto os homens sendo que na maior parte das vezes elas acumulam tudo (tarefas domésticas, maternidade, educação dos filhos na quarentena etc) junto com o seu trabalho normal uma vez que a divisão de tarefas ainda não é uma realidade entre as famílias.

Autor: BBC NEWS.

Fonte:

(<https://www.msn.com/pt-br/noticias/brasil/contagem-regressiva-para-cat%C3%A1strofe-da-covid-a-repercuss%C3%A3o-da-crise-pol%C3%ADtica-e-de-sa%C3%BAde-do-brasil-na-imprensa-internacional/ar-BB1fiu7t?ocid=msdgnpt>)

É tempo de renovação, de renascimento, nesse espírito O SINPRONNF espera que suas vidas renascam carregadas de doces surpresas, muito amor, muita paz, muita saúde e muita amizade!

Feliz Páscoa!

SINPRONNF

CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA DE PROFESSORES DA UNIG CAMPUS V

30 DE MARÇO
AS 17:00 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E AS 17:30 EM SEGUNDA E ÚLTIMA CONVOCAÇÃO.

PRATA ÚNICA - NEGOCIAÇÃO DE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

zoom

todas as informações e link da reunião sera disponibilizado aos sites do SINPRONNF

SINPRONNF

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA DE PROFESSORES DA REDE PRIVADA DE ENSINO DE CAMPANHA SALARIAL 2021.

19 DE MARÇO
AS 17:00 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E AS 17:30 EM SEGUNDA E ÚLTIMA CONVOCAÇÃO.

PRATA ÚNICA - NEGOCIAÇÃO DE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

zoom

TODAS AS INFORMAÇÕES E LINK DA REUNIÃO SERÁ DISPONIBILIZADO NOS SITES DO SINPRONNF

SINPRONNF

SINPRONNF

COMO DEFINIR MULHER EM UMA ÚNICA PALAVRA SE MULHER É MÃE, É AMIGA, É ESPOSA, É FILHA, EDUCADORA, PROFESSORA, CONSELHEIRA E QUERIDA, MULHER... NEM TODAS AS PALAVRAS DO MUNDO PODERIAM DEFINIR SUAS QUALIDADES.

Dia Internacional da Mulher

08 DE MARÇO

SINPRONNF

SINPRONNF

ALERTAS

- Apertibe
- Bom Jesus do Itabapoana
- Cambuci
- Cardoso Moreira
- Castro
- Itaporuna
- Itaocara
- Laje do Muribau
- Miracema
- Mutunópolis de Carangola
- Pavãozinho
- Santo Antônio de Pádua
- São Fidélis
- São José de Uba

O Sindicato dos Professores do Norte e Noroeste Fluminense (Sinpro NNF) tem como função básica defender os direitos trabalhistas e sociais das professoras (as) que atuam nos estabelecimentos privados de ensino, em todos os níveis.

SINPRONNF

NOTÍCIA URGENTE

ALERJ APROVA LEI QUE PRIORIZA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NA VACINAÇÃO CONTRA A COVID

SINPRONNF

RESULTADO DA PESQUISA SINPRONNFISEPE ITAPERUNA:

84%

DOS PROFESSORES SÃO CONTRA A VOLTA ÀS AULAS PRESENCIAIS

RESULTADO EM: WWW.SINPRONNF.COM.BR

SINPRONNF

"OMS ALERTA PARA AUMENTO DA TRANSMISSÃO DE COVID-19 POR JOVENS.

PROPAGAÇÃO DO CORONAVÍRUS ESTÁ SENDO IMPULSIONADA POR ASSINTOMÁTICOS."

RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS SÓ COM SEGURANÇA.

SINPRONNF

VACINAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO ANTES DO RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS.

RETORNO SÓ COM SEGURANÇA.

SINPRONNF

"ESTUDO AVALIOU 192 PESSOAS COM IDADE ENTRE 0 E 22 ANOS, SENDO A MAIORIA CRIANÇAS. DESTAS, 49 CRIANÇAS TESTARAM POSITIVO PARA A COVID-19 E OUTRAS 18 TIVERAM INÍCIO TARDIO DA DOENÇA". (JOURNAL OF PEDIATRICS)

ABERTURA DA ESCOLA SÓ COM VACINAÇÃO DOS PROFISSIONAIS!!

SINPRONNF

AS CRIANÇAS, AS FAMÍLIAS, OS PROFESSORES E AS ESCOLAS

SOFREM!!!

A CATEGORIA QUER VOLTAR, MAS VACINADOS!!

EDUCAÇÃO É VIDA!!!

SINPRONNF

RETORNO AS AULAS SÓ COM A VACINA

A CATEGORIA PRECISA SER INCLuíDA EM GRUPO PRIORITÁRIO PARA A VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19

SINPRONNF

RETORNO AS AULAS SÓ COM A VACINA

SINPRONNF

RETORNO AS AULAS SÓ COM A VACINA

SINPRONNF

RETORNO AS AULAS SÓ COM A VACINA

SINPRONNF